

ANTÓNIO BRANDÃO MONIZ \*

RUPTURA SIMBÓLICA  
E DISCURSO SEPARATISTA AÇORIANO EM 1974-75

*Factores de mudança social nos Açores e surgimento  
do movimento separatista*

É sabido que a sociedade açoriana registou nos últimos anos uma das fases de mais acentuada mudança social, particularmente nos dois anos posteriores a Abril de 1974, período este em que se assistiu a um processo de descentramento dos conflitos sociais em termos nacionais. Durante este mesmo período de erupção conflitual, foram os factores de mudança social (endógenos e exógenos) que tiveram um significado particular para a compreensão desses processos conflituais.

De entre aqueles factores de dinâmica externa e de dinâmica interna de mudança social, poderemos considerar principalmente os seguintes, que são, evidentemente relativos, em particular, à sociedade açoriana: a modificação na estrutura política registada em todo o país (e, de igual modo, nos Açores) a partir de 1974; os conflitos entre os diversos grupos sociais e os seus objectivos estratégicos em termos sociais; a adopção de novos padrões de comportamento; a emigração e consequente processo demográfico de diminuição da população (designadamente da população activa); a introdução de inovações tecnológicas; o crescimento do sector terciário e a acentuação da monocultura no sector primário da actividade económica (derivada também da diminuição da população activa no campo); e o desenvolvimento dos centros urbanos, entre outros factores de importância não tão acentuada quanto estes.

---

\* Assistente da Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Aconteceu assim que resultou da conjugação destes factores uma *dinâmica efectiva* de mudança social, já que, por definição, essa dinâmica «resulta de forças manifestas, compreendidas e desejadas como tais pelos participantes numa acção social, e de forças latentes, reais mas nem sempre percebidas e amiúde inconscientes» (Rivière, 1982: 422).

Nessa dinâmica, ou seja, numa situação como a aqui indicada, assistiu-se a um enfraquecimento da manutenção de valores sociais e mesmo culturais ou morais. Enfraqueceu-se, portanto, o sistema simbólico correspondente àquela estrutura social em mudança. Nessa situação também o Poder deixa de ser capaz de se legitimar a si próprio, deixa de poder transmitir e de fazer partilhar aqueles valores e normas como o fazia. Existiu um momento em que aparece um, digamos, «vazio» de Poder que deverá ser preenchido pelas instituições que o legitimem. A este propósito, refere Boaventura de Sousa Santos que, após o colapso do regime em 25 de Abril de 1974, «o processo de reconstrução normativa e institucional foi relativamente lento e muito desigual» (Santos, 1984: 17). É assim que essa *mudança social* se situa na análise da dialéctica do conflito, pois trata-se de um conjunto de transformações históricas que afectaram a própria estrutura social, porque modificaram os modos de vida das comunidades populacionais envolvidas e estruturadas numa organização social.

E é precisamente neste contexto que surgiu o movimento separatista nos Açores, lutando durante um breve período de tempo pela dominação do sistema de acção histórica neste mesmo arquipélago (cf. Moniz, 1984: 46 ss.). Este movimento surge e afirma-se na passagem de um estado de tensão ao de conflito gerados pelo já referido processo de mudança na estrutura institucional política nacional. A acção do movimento separatista foi transgressora pela afirmação e percepção de uma diferença, que foi expressa na própria linguagem comum pela produção de uma nova simbologia. Neste sentido, poderemos mesmo dizer que a acção deste movimento foi simbólica, ou que o seu significado assentou nesse nível.

Para além desse aspecto, aquele sistema de acção histórica, evidentemente, inscrevia-se (nem que fosse por oposição) num contexto nacional mais vasto em que se «disputava» também o próprio poder social. A caracterização deste contexto é-nos dada por Boaventura de Sousa Santos no mesmo texto, quando refere que «a ruptura do 25 de Abril de 1974 transformou o perfil da crise que se vivia desde 1969. Esta transformação consistiu na criação, ou melhor, na explosão do movimento social popular que se seguiu imediatamente ao golpe de estado.

Foi sem dúvida o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra. Com uma composição de classe complexa em que dominaram o operariado urbano (sobretudo da cintura industrial de Lisboa), a pequena burguesia assalariada nas grandes e médias cidades e o operariado rural do Alentejo, este movimento popular atingiu as mais diversas áreas da vida social: a administração local, a habitação urbana, a gestão das empresas, a educação, a cultura e os novos modos de vida, a reforma agrária, as relações de dominação e subordinação nos campos, etc., etc.» (Santos, 1984: 17-18).

Nos Açores, pelo contrário, a explosão deste movimento só é dada a partir de meados de 1975, com uma composição em que dominaram os médios e pequenos proprietários rurais e rendeiros e a classe média urbana. De um modo também diferente daquele que teve lugar no Continente, este movimento apenas atingiu a administração local, a gestão das empresas (em alguns casos pontuais) e o sistema cultural, mantendo intactas as relações de dominação e subordinação nos campos. Por outras palavras, a caracterização social deste movimento foi praticamente a inversa daquela que teve lugar no Continente, mas nem por isso menos importante no processo de mudança social nos Açores, cujos efeitos são ainda muito significativos nesta região insular, neste espaço social descontínuo mas, de certo modo, homogéneo.

#### *Acção social e estrutura simbólica*

Observámos em traços gerais como surgiu o movimento social considerado num contexto de mudança social que originou um processo conflitual, sem todavia resultar numa ruptura da estrutura social. Assim, interessa-nos referir ainda como se produziram novos símbolos que apareceram neste contexto de mudança social e que determinaram o surgimento do referido movimento social parcial de carácter político separatista. Mas, desde já convém referir que aceitamos a definição dada por Abner Cohen em *O Homem Bidimensional* acerca de *símbolos*, que refere como sendo «objectos, actos, conceitos ou formas linguísticas que acumulam ambiguamente vários significados diferentes e que simultaneamente evocam emoções e sentimentos, impelindo os homens à acção» (Cohen, 1978: 38).

Essa referência é particularmente importante porque, em primeiro lugar, quando um movimento social surge necessita sempre de um discurso autónomo para poder agir. Em segundo lugar, esse mesmo novo discurso (como qualquer outro novo discurso) necessita de uma nova simbologia.

Assim, este facto fez com que a acção histórica em que esse movimento foi um dos actores numa relação de tensão tivesse acabado por definir um campo cultural e social particular. No entanto, esse campo definiu-se ainda a partir das orientações dos diferentes actores sociais; estes, por sua vez, entraram em conflito quando da modificação profunda surgida em 1974 que afectou a estrutura institucional em todo o país.

Pode-se ainda afirmar que, portanto, este movimento social parcial se formou em nome de uma identidade colectiva, identidade esta que se constituiu numa relação com o Poder. O sociólogo francês Alain Touraine, que aborda esta questão no seu livro *Em Defesa da Sociologia*, sublinha que «a identidade social só pode nascer do envolvimento nos conflitos que se formam ao redor do controlo das orientações gerais de uma sociedade. Mas, a esse nível, a consciência dos actores só pode viver numa dialéctica aberta e cortada por divisões entre a defensiva e a ofensiva, entre o passado e o futuro. É a referência ao sistema político e ao poder estatal que cristaliza essa consciência de identidade social. Mas esta ainda não é uma afirmação, uma simples definição de si mesma. Ela ainda se encontra repartida entre comportamentos complementares mas opostos» (Touraine, 1976: 172). Mas, se esta identidade se constitui numa relação com o sistema de Poder (mesmo que ele tenha sido abalado pelos diversos conflitos sociais), ela referencia-se a uma realidade imaginária (a Nação ou a Região) e, por conseguinte, o discurso produzido pelo movimento separatista ou regionalista enquadra-se nessa referência. Neste sentido, essa identidade não é ainda o resultado de uma procura de «autenticidade» própria, como refere Gabriel Gosselin ao criticar determinadas proposições de Touraine (Gosselin, 1982: 179).

A importância da *acção social*, enquanto intervenção de um movimento (ou de outra força social) com o objectivo de operar modificações conjunturais na organização social, fundamenta-se particularmente na negatividade desses mesmos objectivos e orientações, ou seja, na contestação de aspectos conjunturais da organização social em que estão inseridos esses movimentos e forças sociais. Mas, existiam, é claro, orientações de carácter ideológico que, em termos contextuais, correspondiam a determinadas práticas de acção social. Por outras palavras, essas orientações correspondiam às práticas da classe social que detinha o poder económico até Abril de 1974, e igualmente o poder político e administrativo.

Por outro lado, a conjunção destas orientações e práticas era, todavia, orientada também, em grande parte, por categorias económicas que mobilizaram uma significativa área social de

uma região delimitada social (principalmente em termos histórico-culturais) e geograficamente. Este facto alterou o carácter sociológico àquela acção.

Como pensamos que uma sociedade é um sistema que age sobre si próprio, que se transforma, produzindo-se e reproduzindo-se sucessivamente, a compreensão da génese deste movimento social parcial acaba por ser um valioso elemento para a compreensão do processo de mudança social nos Açores e na sociedade portuguesa no seu conjunto, durante este período particularmente importante e envolvente a todos os níveis.

Para além deste facto, a acção social despoletada pela dinâmica de mudança social criou um campo cultural e social definido pela relação de tensões, ou mais propriamente, criou uma relação conflitual então existente entre as diversas orientações dos actores sociais. E, de facto, esse campo de acção social que transformou a estrutura simbólica e cultural dominante, conferiu um particular significado social ao espaço geográfico vivido, que é a Região Autónoma dos Açores. Assim, «o conflito pode ser definido exclusivamente em termos regionais» — como mais claramente é analisado por Sándor Halebsky, no seu livro *Sociedade de Massa e Conflito Político* — «quando é a manutenção ou reconhecimento da integridade das propriedades regionais — no mínimo, do prestígio, autoridade, ou cultura da região e não questões de classe, *status* e crenças — que esteja em causa. É claro que frequentemente os dois aspectos estarão juntos, e na maioria dos casos tudo o que se pode dizer é que os factores regionais constituem um elemento de um conflito de bases mais amplas» (Halebsky, 1978: 135). Ora, em nossa opinião, foi esta mesma situação que teve lugar nos Açores no período de 1974-75.

Podemos também afirmar de outra maneira que o problema da acção conflitual num espaço regional não será apenas definível pelos conflitos sociais que se definem ou são compreendidos pelo lugar que cada grupo ou classe ocupa no sistema de divisão social do trabalho, ou seja, na hierarquia social. Neste caso existem (manifesta ou latentemente, consciente ou não conscientemente) oposições de interesses sociais. Mas aqueles conflitos podem, efectivamente, ser compreendidos em termos da situação dos diferentes níveis de autoridade ou de prestígio, ou até da própria afirmação autónoma do sistema cultural (mesmo que através da produção de novos símbolos). Ou seja, o vector cultural pode ser particularmente importante para a compreensão de conflitos regionais.

Por estes motivos apontados acima, procuramos igualmente não reduzir às diferentes dimensões das categorias económicas

(apesar de se saber, é certo, que são fundamentais, mas não únicas ou exclusivas, neste processo) a fundamentação da existência deste tipo de condutas ou acções sociais. A análise da natureza, orientação e função deste movimento social nos contextos regional e nacional, ficará para outra ocasião.

#### *Características da produção de um novo sistema simbólico*

É fundamentalmente o período que vai de Junho de 1975 (primeira acção de mobilização de massas orientada por uma organização separatista no dia 6 desse mês, exigindo-se a independência do arquipélago) até ao fim desse ano (período logo posterior a 25 de Novembro, e início do exercício das primeiras grandes medidas de austeridade económica) um dos mais instáveis na vida política do país. Mas é também um dos mais ricos, em termos de análise sociológica, para nos apercebermos do tipo de conflito e da própria significação do referido movimento social parcial, assim como para nos apercebermos do processo de institucionalização dos novos símbolos, até então bastante difusos.

Mas como surgiu essa nova simbologia política e social em toda a sociedade portuguesa?

Primeiramente, como refere o sociólogo alemão Harry Pross em *Estructura Simbólica del Poder*, «o desgaste de uma antiga ordem anuncia-se no desgaste dos seus símbolos. No que se refere à dominação, o seu ocaso é o ocaso dos símbolos: a ordem, que obriga à obediência, esvazia-se. Não transmite já nada» (Pross, 1980: 82). Assim, no início dos anos 70 em Portugal, já nem sequer existia uma situação em que, como refere Juan Mozzicafreddo, os «hábitos de reprodução da normalização social supõe e exige, numa eficácia generalizada, o domínio das mediações de incorporação e inculcação dos hábitos» (Mozzicafreddo, 1984: 137) políticos, culturais, ideológicos ou sociais.

Em segundo lugar, e numa tal situação, pensamos que está fora de dúvida que, num primeiro e significativo momento, tenha sido realmente a acção espontânea de largas e indiferenciadas camadas sociais a produzir uma nova simbologia política e social, um novo discurso, acção essa motivada pelo processo subsequente ao golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

No entanto, cremos que a referida acção dessas mesmas camadas (muitas vezes de carácter heterogéneo) da estrutura social portuguesa, ultrapassou uma situação de crise da organização institucional no seu conjunto, e, principalmente, acentuou as suas fissuras e o seu bloqueamento. Em nossa opinião,



estas fissuras ou brechas no aparelho estatal (ou institucional, no âmbito mais geral) existiam já antes do processo desenca-deado em Abril: surgimento à margem da legalidade institucional de organizações sindicais, estudantis e mesmo partidárias, de movimentos de solidariedade, culturais e outros de carácter mais pragmático (anti-coloniais, pró-amnistia, etc.). A situação de crise advinha da condução de problemas internos, particularmente, de ordem política e económica, e de problemas externos ou internacionais (isolamento político crescente de Portugal face à comunidade internacional, crise energética e económica em termos gerais). Esta mesma situação encontrou paralelos semelhantes na Grécia e em Espanha, para apenas falarmos da Europa. De qualquer forma, em Portugal, o Poder tinha-se «esvaziado», isto é, a antiga ordem conjuntural desgastou-se.

Por outras palavras, com a acentuação dessas fissuras e da crise global, o sistema de relação de poder era claramente posto em causa pela organização espontânea dessa massa social que criava as suas estruturas institucionais (por exemplo, «Comissões de Moradores», «Comissões de Trabalhadores», «Assembleias Populares», etc.), mas que exerceram efectivamente o poder sobre determinadas áreas da actividade social. Mais tarde vieram a ser destituídas dos seus espaço e significado políticos e sociais. Contudo, na produção destas novas formas organizacionais prevaleciam os processos informais que conferiam à produção de novos símbolos uma eficácia específica, consolidando-os.

A propósito, como afirma Pierre Ansart, na sua obra *Idéologies, Conflits et Pouvoir*, «todo o processo de produção, de circulação e de consumo destes bens de significação deve assim compreender-se tendo em conta as expectativas, as necessidades, as reacções destes consumidores, que estão eles mesmos empenhados neste processo, enquanto que reprodutores ou produtores em diversos graus» (Ansart, 1977: 15). Daqui se depreende que a eficácia específica da produção dessa nova simbologia está também relacionada com as necessidades, expectativas e reacções daqueles actores sociais que se empenhavam num novo processo de acção social, criando novas estruturas institucionais em que prevaleciam os processos informais.

#### *A cristalização da nova simbologia e sua especificidade nos Açores*

Neste processo particularmente importante de mudança na sociedade portuguesa, «os conflitos sociais ou políticos» — refere ainda Pierre Ansart — «não cessam de se transpôr em conflitos

ideológicos, de se formularem no campo das posições simbólicas» (Ansart, 1977: 18). Todavia, este *estádio de produção de formas organizativas radicalmente diferentes*, em que prevaleciam as relações de tipo informal, veio a cristalizar-se, a maior parte das vezes através da recuperação política de outras novas organizações que então se institucionalizaram: os partidos políticos.

No entanto, e como já tínhamos referido mais atrás, neste estágio do processo de mudança social, os partidos políticos não tinham ainda manipulado a orientação dos movimentos sociais populares. Estes, salienta-nos ainda Boaventura de Sousa Santos, «tiveram em muitas situações genuína espontaneidade, abriram novos espaços de sociabilidade e criatividade social, projectaram de forma inovadora soluções autónomas para os problemas das classes trabalhadoras no domínio da habitação, da actividade cultural, da organização da produção, da vida comunitária, asseguraram o funcionamento mínimo do processo produtivo face ao defensismo absentista ou mesmo ao boicote do patronato, identificaram ou ampliaram carências sociais e servidões que o ambiente simbólico concentracionário do Estado Novo não tinha permitido revelar e, enfim, alargaram e aprofundaram o conceito de política no próprio processo de capacitação social das classes populares» (Santos, 1984: 19).

Passou-se, assim, para um novo *estádio de estruturação e de consolidação* destes processos em que os símbolos, que se tinham então tornado estáveis, acabavam por se institucionalizar, isto é, tornavam-se frequentemente *indiscutíveis*. O mesmo aconteceu àquelas formas organizativas radicalmente diferentes. Do ponto de vista jurídico assistiu-se conseqüentemente a um processo contraditório em que «o recurso ao estado legalizante teve, para além doutras, duas formas básicas. Por um lado, formas novas de legalização, criadas *ad hoc*, normalmente sob pressão dos acontecimentos e por iniciativa dos próprios movimentos (por exemplo, actas de ocupação de casas, lei da reforma agrária, lei do arrendamento rural, lei do saneamento na função pública, etc.), procurando pôr as formas jurídicas oficiais, tradicionais, ao serviço de novos conteúdos, normalmente por iniciativa das forças políticas organizadas com o objectivo de controlar os movimentos populares» (Santos, 1984: 20). Então o processo de cristalização da nova simbologia encontrou-se completo.

Estes processos, neste segundo estágio de desenvolvimento, haviam estruturado então as pulsões colectivas fixando, através de um processo de validação, um código de valores específico. Poderiam estes processos não ser aceites e aprovados por todos os grupos sociais, mas, e isso é que foi importante, o seu significado era consensual, ou seja, a nova simbologia por aqueles



veiculada não era posta em causa. E, evidentemente, como afirma Serge Moscovici em *Psychologie des Minorités Actives*, «a força do consenso, intervenha ele directa ou indirectamente, depende do grau de unanimidade que possa suscitar. A minoria, por mais fraca que seja a sua força numérica, por maior que seja a sua dependência, pode sempre recusar este consenso, e este poder de recusa dá-lhe uma força considerável. A maioria dispende certamente uma grande quantidade de energia para tentar proteger-se desta eventualidade» (Moscovici, 1979: 82-83).

Esta indiscutibilidade dos novos símbolos em circulação, que neste estágio de estruturação e de consolidação do processo de produção de novas formas organizativas de carácter informal se tinham tornado estáveis, esses símbolos, dizíamos, foram assumidos simultaneamente, por um lado, por líderes de organizações (políticas ou sociais), por outro, pela própria imprensa que mais eficazmente difundia essa nova simbologia. Controlavam, deste modo, os «fluxos afectivos», criando um certo consenso.

Se foram estas as características que prevaleceram no Continente no período de mudança social que estamos estudando, nos Açores o processo foi relativamente semelhante. Temos, no entanto, de considerar que o sistema de acção histórica no arquipélago foi diferente daquele que veio a gerar a revolução política de Abril de 1974 no Continente. Consideramos esta situação principalmente devido ao facto de que, naquele espaço social insular, as dimensões das categorias económicas e sociais serem diversas das do Continente. Reproduzia-se fundamentalmente (tal como em relação à Madeira e às outras regiões do Continente) um sistema de dependência e de desenvolvimento desequilibrado. Evidentemente, este sistema origina um outro sistema de acção histórica correspondente.

Assim, se todo o sistema produtivo português — com toda a sua repercussão e impacto no sistema social no seu conjunto — dependia das grandes potências económicas ocidentais, mantendo ao mesmo tempo uma estrutura económica profundamente desequilibrada e antiquada, também todas as regiões (inclusivé, evidentemente, o arquipélago dos Açores) reproduziam esse desequilíbrio e essa dependência em relação ao centro industrial e administrativo de todo o país.

A mudança política que se registou generalizou-se e, por esse motivo, desmantelou a organização institucional nas diversas regiões, tal como ela existia. E é nesta «fissura» que a região suscita uma chamada «linguagem vazia», já que aqui «a região funciona como uma espécie de expressão sem conteúdo, que os actores sociais ou as configurações sociais preencheram de sentido para afirmar objectivos que não podiam ser afirmados de

outro modo» (Dulong, 1978: 8). A este propósito, o sociólogo canadiano Fernand Dumont, afirma que «a região é um pretexto para intenções, dos mais diversos movimentos sociais; a região é também, pelo contrário, o peso de uma história, uma espécie de sedimentação histórica. As referências invocadas nas representações das regiões são símbolos, donde a sua polivalência; mas são também a expressão de laços sociais formados na história» (Dumont, 1979: 13). O mesmo se passa relativamente ao símbolo *nação*.

Assim, quer a região seja um espaço onde se afirmam determinados objectivos de acção social, quer seja um espaço-equilíbrio onde têm lugar relações económicas e vivenciais (cf. Frémont, 1980: 117), ela é igualmente um símbolo. Mas, para além destes e de uma maneira diferente até certo ponto do que se passou no Continente, produziram-se outros novos símbolos mais específicos («Autonomia», «Insularidade», «Independência», etc.) que se referiam particularmente à situação social e económica no arquipélago açoriano, ou seja, à enorme dependência da Região em relação ao Continente.

Um aspecto é, no entanto, importante ressaltar. É que, antes de mais, estavam, com esta mudança na estrutura política, criadas as condições necessárias para o aparecimento de um «núcleo» motivador de identidade colectiva que até aí não se tinha feito sentir em termos regionais. Sublinha Ansart que, «este ajustamento de motivações, esta conformação de projecções participam eficazmente na manutenção e na intensificação das mudanças sociais» (Ansart, 1977: 217). Mas, este ajustamento ou conformação baseavam-se num conjunto de atributos que os membros desta colectividade regional partilhavam, que Kaj Noschis define como *identidade social* inerente a uma comunidade (cf. Noschis, 1982: 40), quando analisa precisamente o conceito de identidade e o situa numa relação dialéctica de continuidade e mudança com o «habitat», e de aproximação/distanciamento também relativamente a este. Por outro lado, esse conjunto de atributos referia-se justamente ao novo sistema simbólico produzido, em torno do qual participavam aquelas motivações, objectivos e projecções, no fundo, aquela identidade colectiva.

Todavia, estes símbolos, ainda «movediços» numa primeira fase (poderemos, a título de exemplo, localizá-la diacronicamente a partir da divulgação do manifesto do Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano — M.A.P.A., em 7 de Maio de 1974), vieram a ser assumidos por novos líderes e por algumas novas organizações políticas na Região, reflectindo-se de uma forma ou de outra na imprensa regional quotidiana.

### *Forma e Função Simbólicas*

Relativamente a este processo de cristalização e institucionalização do novo sistema simbólico, convém ressaltar outros aspectos concretos, nomeadamente aqueles referentes à forma e à função desses mesmos símbolos.

De facto, tal como aconteceu nos Açores, Abner Cohen refere concretamente que, «uma mudança na forma simbólica não acarreta automaticamente mudança de função simbólica, pois uma mesma função pode ser preenchida por novas formas» (Cohen, 1978: 44). Há, portanto, uma certa continuidade na função de símbolos que concorrem para a elaboração ou realização do conjunto de atributos referidos. Essa continuidade pode ser alterada apenas pela produção de novas formas simbólicas.

No entanto, pode também acontecer que, do mesmo modo, algumas antigas formas simbólicas que possuíam determinadas funções (como, por exemplo, a bandeira da luta autonómica dos fins do século passado que passou a ser usada normalmente ainda nas Festas do Espírito Santo, o hino da procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, entre outras formas simbólicas) foram também revividas para representar novas funções. No entanto, ao serem institucionalizados esses símbolos (bandeira e hino regionais) a função dos referidos acima voltou a modificar-se: por exemplo, a bandeira da autonomia deixou de ser utilizada (foi substituída pela bandeira oficial) e o hino do Senhor Santo Cristo dos Milagres apenas voltou a ser tocado nas respectivas procissões.

Aliás, este mesmo problema da relação da forma simbólica com a função simbólica é fundamental, segundo alguns autores, particularmente na análise da Antropologia Social. No entanto, não vai ser unicamente esta perspectiva científica que iremos utilizar para analisar este processo de mudança social e de surgimento e institucionalização do movimento social de carácter político separatista nos Açores. Convém, todavia, referir ainda que os grupos sociais que estão na base do surgimento deste movimento conseguiram, efectivamente, tornar esses símbolos estáveis e dar forma a uma consciência social até então informal, vaga e difusa.

Começa então a operar-se um processo de ideologização dos novos sistemas simbólicos. Este processo relaciona-se também, evidentemente, com a dinâmica dos conflitos sociais e com as características dos grupos sociais que difundem decididamente o novo sistema de valores simbólicos.

Serge Moscovici refere, também a este propósito, que «as críticas, os exemplos, e as acções de um grande número de

minorias e de grupos marginais produziram importantes mudanças ao nível de valores, de linguagem, da maneira de se vestir, assim como nas esferas política e social. Mas estes grupos não foram capazes de legitimar estas novas linguagens e estes novos comportamentos, e nem estavam em posição de o fazer. No entanto, um novo espaço social e psicológico tinha sido criado, que foi retomado por outros grupos financeiros, intelectuais e políticos, os quais foram capazes de legitimar estas novidades» (Moscovici, 1979: 208).

Por outras palavras, pode-se dizer, em primeiro lugar, que os símbolos antes estigmatizados e, de certa maneira, inexprimíveis durante várias gerações, passaram a ser adoptados por vários grupos sociais capazes, como acima se diz, de legitimar estas novidades. Em segundo lugar, pode acontecer também que esses grupos minoritários que desenvolvem uma determinada acção social mantenham uma relação muito próxima com determinados grupos financeiros, políticos e mesmo intelectuais, que vêm a legitimar aquelas mesmas novidades (símbolos). Este modelo, pensamos, é perfeitamente compreensível de cada vez que estudamos este processo de mudança social particular e as formas e funções dos novos símbolos produzidos.

### *Conclusão*

Tentando então resumir algumas das ideias até agora estabelecidas, poderemos afirmar que o movimento separatista açoriano de 1975, encarado como movimento social (embora, parcial) desaparece precisamente, não apenas devido à institucionalização de alguns dos seus objectivos, mas também, e essencialmente, à própria modificação do sistema de acção histórica (que poderemos mais concretamente situar em 25 de Novembro), ou, em outras palavras, à própria modificação da conjuntura histórica nacional e, também, regional.

Mesmo durante a fase de maior implantação deste movimento, a acção terrorista foi utilizada para levar a cabo os seus propósitos políticos e para, fundamentalmente, fazer aparecer o conflito. Mas, ao comportar um sistema de representações definindo os objectivos julgados legítimos para a acção, o discurso ideológico do movimento separatista açoriano também designou determinados valores, apropriando-se deles, e estabelecendo uma hierarquia nesse conjunto de valores e símbolos.

Construiu, tal como qualquer ideologia política, um modelo social onde justifica as diversas posições sociais dos actores em confronto. Este movimento construiu, portanto, «uma

imagem do poder, da sua natureza e das condições do seu exercício» como afirma Pierre Ansart (1977: 43). De qualquer forma, nunca o movimento separatista foi capaz de chamar a si a capacidade de gerir a sociedade açoriana no seu conjunto. Portanto, as saídas políticas resultantes da crise institucional nacional foram completamente estranhas ao próprio movimento em si, no sentido em que a reposta a essas saídas nunca se fez sentir em termos globalizantes. Assim, este movimento só existiu enquanto durou a crise institucional nacional.

Por este motivo, se poderá afirmar que o grupo social que passou a dominar a acção política (já em 1976) nos Açores, e que veio a formar o Governo Regional, era relativamente autónomo do movimento social de carácter político separatista. Mas, como novamente sublinha Alain Touraine a este propósito, «estes deslocamentos do movimento social e da acção política respondendo a uma crise geral da sociedade lembram a necessidade de não confundir um movimento social com o conjunto das condutas políticas» (Touraine, 1973: 395).

Este movimento é, de qualquer forma, fruto de uma ruptura engendradora de uma mudança social bastante profunda, produzindo-se, como se disse mais atrás, novas formas organizativas em que prevaleciam os processos informais de organização (o próprio aparecimento e a formação de organizações separatistas, não foi estranha a estes processos), e, por conseguinte, em que prevalecia a produção de novos símbolos.

Um exemplo dado por Abner Cohen é, de facto, esclarecedor quanto a este problema. Refere este autor que, «quando um novo sistema simbólico, como a religião ou uma ideologia política abrangente, é adoptado em consequência de transformações políticas, o sistema como um todo será adoptado, mesmo que alguns dos seus elementos não se adaptem às novas relações políticas» (Cohen, 1978: 54). Por este motivo, com a estruturação dessas formas organizativas no seio da sociedade portuguesa (e açoriana, em particular), aquela mesma simbologia institucionalizava-se e, com ela, o próprio movimento separatista. Alguns dos elementos do novo sistema simbólico acabavam por se adaptar às novas relações políticas.

Também a este propósito, Jean Baudrillard em *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, afirmava, utilizando o exemplo do movimento social de Maio de 1968 em França, que os meios de comunicação social ao repercutirem aquela acção social não subverteram o sistema do poder, porque lhe conservavam a forma. Ou seja, «ao difundirem o acontecimento na *universalidade abstracta* da opinião pública, *impuseram-lhe* um desenvolvimento repentino e desmedido e, através desta exten-

são *forçada* e antecipada, despojaram o movimento original do seu ritmo próprio e do seu sentido — numa palavra: fizeram-lhe curto-circuito» (Baudrillard, 1981: 221-222).

Todavia, pode acontecer que, pelo contrário, um dos instrumentos para a busca de autoridade e de poder seja a mesma imprensa quotidiana, particularmente numa situação de conflito social. E podem-se compreender, do ponto de vista teórico, os motivos fundamentais que levaram determinados grupos sociais a agir durante o período por nós utilizado neste estudo, pois que «dada a existência do poder e autoridade, e todos os sistemas sociais e instituições sociais, e a sua importância como recursos escassos para a realização das finalidades dentro desses sistemas, as diferenças de autoridade e de poder podem ser a base para distinções de grupo e de acesso ao poder, a sua legitimação como importante fonte de conflito. A existência de um grupo e do conflito, em termos de finalidades que são, principalmente, a do exercício e da busca da autoridade e poder, refere-se a tipos de situações nos quais o grupo em questão é caracterizado em termos da sua autoridade ou posição de poder, e não das suas propriedades de classe, *status*, comunitárias, ou outras. O desejo e possibilidade de dispor do poder estimula a organização do grupo e o conflito como uma meta desejada em si mesma. Mas um grupo que exista apenas em termos do desejo do poder é raro. Isso não é negar o facto óbvio de que o conflito surge, com frequência, do desejo de assegurar ou manter o poder, mas habitualmente isso ocorre porque outros interesses do grupo são favorecidos com o controlo do poder» (Halebsky, 1978: 122-123).

O sistema de acção histórica alterava-se simultaneamente com a formalização dos processos de organização social. Neste novo sistema, o espaço de intervenção política do movimento separatista açoriano era ocupado definitivamente pela estruturação de um Governo Regional. O sistema de poder estava assegurado, e os interesses dos grupos sociais intimamente relacionados com o movimento separatista seriam mantidos ou até favorecidos.

Por outras palavras se poderá dizer que, numa «perspectiva histórica a longo prazo» — como explicita ainda Sándor Halebsky — «o conflito regional pode assumir no tempo uma relação aproximadamente curvilínea: baixo onde o Estado político unificado não existe e não está em processo de formação, elevado durante um período de consolidação política, e baixo depois que processos de crescimento económico e de diferenciação social enfraqueceram o apego e a característica regionais» (Halebsky, 1978: 136). Ora, este modelo, pensamos, aplica-



-se realmente à situação que temos vindo a analisar, assim como o modelo proposto por Alain Touraine, pois como ele afirma «um movimento social passa, na sua existência política, por três fases sucessivas: a da ruptura anti-institucional, a do confronto político e a da influência institucional. O ponto óptimo de convergência entre a identidade social e a identidade política encontra-se na fase central, aquela em que uma força social age ao mesmo tempo a partir de fora e a partir de dentro do sistema político» (Touraine, 1976: 170). No entanto, Touraine, neste mesmo livro, *Em Defesa da Sociologia*, afirma que, apesar de tudo, «nenhum movimento social ocupa o centro do palco político», hoje em dia. Portanto, uma consciência de identidade política não existe.

Podemos verificar mais facilmente este facto quando constatamos que, de qualquer forma, ao nível de projecto, o movimento separatista nunca foi capaz de rejeitar radicalmente a *ordem social* estabelecida. Nem sequer era esse o seu objectivo (pode-se mesmo, na eventualidade, consultar qualquer elemento de propaganda política das diversas organizações que lutavam pela independência dos Açores). Todo este movimento social parcial nem chegou, efectivamente, a ocupar o referido centro do palco político nacional. Por isso mesmo, acabou por ser completamente aglutinado pelo processo de institucionalização de toda a organização social portuguesa em geral e, particularmente, da organização social do arquipélago açoriano.

Esta fase pode ser situada a partir da segunda metade de 1976. Como acentua ainda Boaventura de Sousa Santos, «desde 1976, a consolidação do novo regime democrático tem consistido num processo de reconstituição do estado que se caracteriza pela superação lenta e gradual do estado dual saído da crise revolucionária» (Santos, 1984: 22). A própria criação da figura jurídica de Região Autónoma, e dos Governos Regionais, é disso exemplo suficiente.

Por conseguinte, o papel desempenhado pelo movimento separatista no processo de consolidação do regime democrático não é desprezável, apesar de se ter expresso publicamente através de acções terroristas e ideologicamente conservadoras (reivindicação da manutenção da propriedade privada, das estruturas familiares, religiosas e dos valores tradicionais açorianos, entre outros). No entanto, manifestou-se pela diferença em relação às orientações dos movimentos sociais populares do Continente que também se repercutiam — embora em muito menor escala, e com menor influência social — nos Açores.

De qualquer forma, é também por estes motivos que afirmamos que a acção dos diversos actores sociais, ou deste mo-

vimento social parcial em particular, é apenas compreensível a partir da análise do sistema de acção histórica no seu conjunto e das próprias relações entre os grupos e classes sociais nele inscritos. Deste sistema fazem também parte implícita diversos factores regionais já referenciados, especialmente os factores de dinâmica externa e de dinâmica interna da mudança social.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ansart, Pierre (1977), *Idéologies, Conflits et Pouvoir*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Baudrillard, Jean (1981), *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Edições 70.
- Cohen, Abner (1978), *O Homem Bidimensional: a Antropologia do Poder e o Simbolismo nas Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Dulong, Renaud (1978), «Enjeu Régional et Luttes Sociales», *Economie et Humanisme*, 241.
- Dumont, Fernand (1979), «Mouvements Nationaux et Régionaux d'Aujourd'hui», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXVI.
- Frémont, Armand (1980), *A Região, Espaço Vivido*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Gosselin, Gabriel (1982), «Mouvements Sociaux et Volontarisme chez Alain Touraine», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXXII.
- Halebsky, Sándor (1978), *Sociedade de Massa e Conflito Político*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Moniz, António Brandão (1984), «Significados do Espaço Social da Autonomia», *Aresta*, 7/8.
- Moscovici, Serge (1979), *Psychologie des Minorités Actives*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Mozzicafreddo, Juan (1984), «O Desejo e o Poder», in J. Mozzicafreddo (org.), *Os Caminhos da Liberdade: da Idade da Razão à Idade da Revolta*, Lisboa, Espaço/Tempo.
- Noschis, Kaj (1982), «Identité et Habitat; une Méthodologie Psychosociologique», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXXII.
- Pross, Harry (1980), *Estructura Simbólica del Poder*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Rivière, Claude (1982), «A Mudança Social» in J. Cazeneuve e D. Victoroff (org.), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa, Verbo.
- Santos, Boaventura de Sousa (1984), «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-84)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 14.
- Touraine, Alain (1973), *Production de la Société*, Paris, Seuil.
- Touraine, Alain (1976), *Em Defesa da Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar.